

A universidade no próximo milênio:

bases histórico-filosóficas da pesquisa

Roberto Romano

Como citar: ROMANO, R. A universidade no próximo milênio: bases histórico-filosóficas da pesquisa. *In:* CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2001. p. 9-26.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-16-6.p9-26>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A UNIVERSIDADE NO PRÓXIMO MILÊNIO: BASES HISTÓRICO-FILOSÓFICAS DA PESQUISA

Roberto ROMANO¹

A universidade se encaminha rumo a um tempo em que, talvez, a própria essência universitária será transfigurada pelas revoluções científicas e tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações e da informática, da cibernética e de outros progressos culturais. Mesmo numa sociedade alterada até às suas bases, entretanto, nos próximos anos habitarão seres humanos dotados de cinco sentidos. A pesquisa científica será dirigida para eles. Por seu intermédio, ela receberá sentido e funcionamento. Não irei apresentar as bases do futuro, mas pressupostos incluídos nos conhecimentos que definirão a face humana nas próximas décadas. Tenho procurado exorcizar, em meus livros, a paixão romântica do porvir, a qual possibilitou, em importantes movimentos renovadores da sociedade, o esquecimento de um presente horripilante.

Os saberes que procuramos, na universidade atual, têm raízes no pensamento grego. Na ciência helênica, os olhos são a origem da investigação. Eles penetram os infinitos aspectos do cosmos e ultrapassam os espaços, recolhendo o tempo e possibilitando, com a ciência dos números e da geometria, a base para o conhecimento. Comunicar algo sobre estas experiências é tarefa difícil, pois exige que se tenha o domínio de cada um de seus momentos, desde a vista clara até a força para captar ou definir medidas, com as matemáticas. É celebre o dito que teria sido posto no pórtico da Academia platônica: “ninguém entre desconhecendo as matemáticas”.

A busca do saber, para os gregos, em todos os planos é tarefa que se inicia e se realiza com os olhos. A palavra *teoria*, o exercício do olhar da inteligência, surge deste conceito de pesquisa e de sua comunicação. Tudo pode ser alvo de busca, mas na marcha do conhecimento existem níveis, tanto no que

¹ Universidade de Campinas – Unicamp - SP

é procurado, quanto no modo de o adquirir. Quem faz ciência capta a luz dos conhecimentos. Para isto, o sábio possui, entre muitas habilitações, a força de sintetizar os elementos da pesquisa. Ele é um *sinótico* capaz de ver o todo, e não apenas as parcelas da investigação e do mundo observado.

Desde o século 16, entretanto, com a Renascença, os procedimentos ao redor do método se beneficiaram de uma saudável desconfiança no olhar, na teoria. No século 18 sobretudo, se determinou uma nova representação do espaço, não estritamente platônica. Isto conferiu ao espectador,

uma liberdade que antes não era pensável. Este como que se liberta do seu lugar no espaço e pode agora jogar com ele, colocando-se em todos os lugares, adotando as perspectivas e pontos de vista que lhe aprouver ... A óptica moderna autonomiza-se face à visão enquanto tal e passa a conceber-se como ciência objetiva da luz, a qual encontra na geometria a linguagem adequada e segura. Esta ruptura da solidariedade entre a visão e o visível invoca a distinção entre o fenômeno da consciência e a sua causa exterior, correlata, no plano óptico, da distinção ... entre sujeito e objeto” do saber. (Santos, 1994)

Os olhos corporais não servem, a partir da Renascença, como paradigma do verdadeiro. Novos instrumentos ópticos ampliam a própria visão, corrigindo-a. Já Francis Bacon louvou as “próteses ópticas”, o telescópio, o microscópio, instrumentos destinados a corrigir a vista. Assim, os olhos deixam seu papel hegemônico, e sofrem a concorrência dos outros sentidos. No século 18, em I. Kant e na filosofia das Luzes, especialmente na escrita de Denis Diderot, a vista é corrigida pelos outros sentidos. Isto ampliou desmesuradamente a necessidade e a importância da comunicação dos saberes.

Herder, grande pensador do século 18, notava o seguinte: cada um dos nossos sentidos

tem a sua linguagem específica, os seus sinais, os seus tipos e esquemas. E, com eles, também um diferente potencial de conhecimentos e de

mobilização afetiva. Cada sentido tem a sua ontologia específica. Sendo o mais universal e o mais amplo dos sentidos, a vista tem contudo as suas limitações. Depende das condições da luz e da visibilidade. Mas onde falha a luz e a visão resta ainda lugar para outras modalidades da percepção humana. (Herder citado por Santos, 1994)

Tal doutrina deve-se a Denis Diderot, o empreendedor da Enciclopédia, o mais famoso monumento moderno, dedicado à síntese de todos os saberes modernos, em física, matemática, medicina, política, geografia, etc. Contra a metáfora óptica (teórica), Diderot escreveu a *Carta sobre os Cegos*, texto nuclear na moderna demolição da metafísica. O pressuposto da verdade, com base visual, era a permanência do objeto verdadeiro. Só o que é e sempre será, pode ser pesquisado. Isto requeria a tese complementar da harmonia fundamental da natureza e da sociedade humana.

Diderot recusou ao mesmo tempo o símile óptico para o conhecimento e a idéia de ordem para o mundo físico ou humano. Segundo ele, no princípio e no fim do conhecimento e da ação reside o caos. “O sentido da vista é o mais superficial”, diz a *Carta sobre os cegos*, um enunciado que fez tremer todos os metafísicos antigos e modernos. Enquanto isto, o tato seria “o mais profundo e filosófico”. A economia dos sentidos é modificada de alto a baixo. No mesmo golpe, inverte-se a busca do verdadeiro : não mais o que permanece, ma o que muda e se transforma. “O universo”, diz R. Niklaus comentando a atitude filosófica de Diderot, “desde toda eternidade, toma formas diferentes num devir incessante sem começo nem fim, enquanto nosso mundo finito segue lenta mas inelutavelmente rumo ao seu próprio fim numa ‘depuração geral’ ... O presente, o passado, o futuro são apenas a soma do mundo que se torna um com a eternidade. Mesmo para nós, há uma espécie de eternidade. Como diz Diderot numa Carta a D’Alembert, ‘Vivo, ajo e reajo em massa...morto, ajo e reajo em moléculas’” (Diderot, citado por Romano, 1997).

É a mesma tese que Diderot enuncia na *Carta sobre os Cegos*:

Que sequência prodigiosa de gerações de efêmeros atesta nossa eternidade! Que imensa tradição! Mas nós todos passaremos, sem que se possa assinalar nem a extensão real que ocupamos, nem o tempo preciso que tivermos durado. O tempo, a matéria e o espaço talvez sejam um só ponto. (Diderot, citada por Romano, 1997)

Para Diderot, sobretudo a partir da *Carta sobre os Cegos* e da *Carta sobre os Surdos e os Mudos*, não existe a supremacia dos olhos e os outros sentidos não imitam a vista. Não há teoria hegemônica, nem especulativa. O símile do conhecimento como reflexo, como espelho do real, não tem mais razão de ser. É preciso, portanto, a tradução ativa de um sentido para outro.

Já se disse que os trabalhos diderotianos apenas copiam, ou só consistem em plágios de Francis Bacon. Qualquer que seja o juízo sobre este ponto, Diderot seguiu as propostas de Bacon sobre o método, e principalmente sua crítica ao empirismo, de um lado, e ao dogmatismo intelectual, de outro. Contra a idéia de intuição, um olhar do intelecto, Bacon indicou que a visão sinótica em ciência é algo transitório, relativo, a ser modificado pelo trabalho do pesquisador. E contra o empirismo, ele indicou que o pensamento conceitual não pode estar alheio ao trabalho empírico. De qualquer modo, a recusa da metáfora óptica é concomitante à tese do método, o novo órgão, onde os dois lados, o conceito e o empírico seriam unidos, sempre de modo provisório e incompleto.

É célebre a imagem do pesquisador, nos textos de Bacon, como símile de animais. O puro empírico, diz ele, é como a formiga : sempre corta e recorta a natureza e os atos humanos, mas nunca os sintetiza de modo a fazer com que o conhecimento avance, sendo inteligível para os demais pesquisadores ou para o público. No outro lado o metafísico, imaginando assegurar-se pela intuição das essências, algo que só ocorre no interior do seu pensamento, sem passar pela empiria, é como a aranha, extraíndo de sua própria cabeça, telas operosas e finas, mas que não resistem ao sopro da menor dúvida ou contrariedade. O pesquisador correto, como a abelha, sai de suas próprias certezas,

segue para o objeto exterior, o recolhe e o transforma em conhecimentos lógicos e em novos dados empíricos. Um trabalho importante, neste sentido, é o de Paolo Rossi : “Ants, spiders, epistemologists”. In: Francis Bacon, terminologia e fortuna nel XVII secolo. Seminario internazionale, a cura di Marta Fattori. Roma, Ateneo, especialmente página 254 e seguintes.

A metáfora óptica, de origem grega, só conseguiu se estabelecer como fonte legitimadora do conhecimento, porque era colocado o sujeito humano como um *império dentro do império* natural. Retomando a Renascença, Diderot indicou uma outra senda para a pesquisa.

A comunicação entre os sentidos dos homens, e entre os próprios homens, a partir de Diderot, não pode mais ser reduzida ao nível zero. Os ruídos de comunicação representam obstáculos inevitáveis, com as idiossincrasias, os idiotismos. As comunicações -social e somática- correspondem cada uma, a partir de agora, a uma arte. A primeira é inventada pelos homens, a segunda, pela natureza.

Após Diderot, a junção dos sentidos permite dizer que não há mais a idéia de espaço único, mas pelo menos cinco deles : o espaço óptico, o tátil, o sonoro, o cinésico, o olfativo. Cada um deles, qualitativamente diferentes, possui estrutura própria no homem. Se os sentidos operam de modos diversos é porque eles são descontínuos. Assim, só é possível a “tradução” de uns aos outros, o que permite captar alguma simultaneidade entre nós e nós mesmos, entre nós e o mundo. “Nossa alma é um quadro que se move, segundo o qual nós pintamos sem cessar...o pincel executa em longo prazo o que o olho do pintor abarca num só golpe”. A partir de agora, é preciso *tatear* a alteridade a ser conhecida, sob pena de reduzi-la ao idiotismo do sujeito. Este mesmo sujeito, é uma reunião instável de órgãos e de sentidos : O eu, arremata Diderot, “resulta da memória, a qual liga um indivíduo à seqüência de suas sensações”. (Diderot, citado por Romano, 1997).

Deste modo, a pesquisa torna-se muito mais difícil, porque ela supõe capturar a alteridade. Para isto, não é possível partir de um sentido hegemônico, mas da reunião instável de cinco sentidos. Também não é possível

partir de um suposto sujeito inteiriço, mas de um sujeito caótico, que se dirige de modos os mais diversos e recebe mensagens diversificadas de outros. O pressuposto das trocas de todos os indivíduos humanos é o caos. A ciência e a cultura, deste modo, tornam-se mais exigentes, incertas. Rompe-se a suposta harmonia, ou o cosmos. A beleza é fruto do ser humano. Não esqueçamos que *kosmos* liga-se a *kosméo*, que na língua grega significa *pôr em ordem*, aproximando-se também de *enfeitar*. Cosmos e cosmético têm fontes comuns. É este belíssimo artifício, ou ilusão, que desaparece no século 18. A beleza, doravante, os seus artifícios, não se encontram fora do trabalho humano, mas é seu fruto. O mesmo para o verdadeiro e para o bem. O conhecimento em física, em moral, em política, é atingido, mas o dogmatismo é refutado na sua raiz.

É impossível *resolver*, na proposta filosófica de Diderot, os dilemas da pesquisa e de sua comunicação entre os homens. Como a unidade sintética dos saberes não é originária, mas resulta do trabalho de tradução de um sentido para os outros, o equívoco, os ruídos, sempre existirão. Não por acaso Diderot, um médico e filósofo, procurou investigar os surdos e os mudos, além dos cegos. Seu alvo era definir alguns elementos para a tradução dos sentidos. O remédio para a falta de comunicação entre os homens não seria encontrado, pensa ele, fora da cultura, ela mesma resultado de uma arte, a de traduzir o caos em cosmos efêmero, passageiro.

A universidade, nesta linha, permitiria formar o maior número possível de indivíduos numa comunicação com força para reduzir os ruídos ao máximo. Mas para isto, não poder-se-ia esquecer nunca a dificuldade da pesquisa, devida ao elemento caótico. Na sua proposta de universidade para a Rússia, Diderot propõe um campus onde nenhuma arte, e nenhum sentido, nenhuma ciência, poderiam exibir hegemonia. Todos deveriam ser cultivados ao mesmo tempo. E isto leva Diderot à proposta de uma junção entre saber erudito e saber destinado à cidadania. Ele procura aproximar a linguagem comum da utilizada nas universidades: “se queremos que os filósofos sigam em frente, aproximemos o povo do ponto em que os filósofos estão”. (Diderot, citado por Romano, 1997).

Diderot tem plena consciência de que nunca o público e os pesquisadores utilizarão uma só linguagem : “sempre existirão obras acima do alcance comum dos homens” escreve ele. Mas para o filósofo, trata-se mais de saber se convém dar à filosofia (moral e ciências) “uma linguagem, uma forma, uma expressão que a tornem acessível a todos, ou pelo menos a todos que se interessem por ela ativamente”. Diderot, pois, se preocupa com a publicidade do saber (Diderot, citado por Romano, 1997).

Mas, antes de tudo, as modificações ideadas por Diderot na economia dos sentidos ajudaram a diminuir as distâncias entre as ciências, as artes, as técnicas. Com os instrumentos que surgiram recentemente na comunicação dos saberes, temos um desequilíbrio acentuado entre os sentidos humanos, novamente em proveito da vista, contra os demais.

Tomemos os computadores e do livro em CD-Rom, partes estratégicas da chamada *Information Technology*. Em pequenos discos podem ser reunidos os traços relevantes da cultura humana. Os filósofos, da Grécia aos nossos dias, os artistas, os pesquisadores em todos os ramos da ciência, tudo pode estar disponível, aos olhos dos estudantes e professores, bem como do público em geral. Nada disto seria viável sem o concurso de todos os sentidos.

Voltemos um pouco a Diderot. Este, convicto popularizador do saber, não dispensava a pesquisa mais profunda, por intelectuais, pelo contrário. A sua “Enciclopédia” das ciências, artes e ofícios era *raisonnée*. Ou seja, cada um dos artigos podia ser lido pelos que desejavam se introduzir num determinado conhecimento, mas traziam informes preciosos para os eruditos e técnicos. Desta face dupla vem a enorme repercussão da mesma *Enciclopédia* na vida moderna, ao contrário da universidade, presa aos opostos: rígidos procedimentos dos especialistas, e, de outro lado, a imprensa, comprometida com o que se esvai no cotidiano.

Entre a *Enciclopédia* e o jornal, resistiu o livro como instrumento de pesquisa e meditação sobre ela. Com o CD-Rom ou a Internet com seus recursos, aparentemente, o nexu entre os três tenderia a desaparecer. Digamos

que os apologistas do ensino e da pesquisa *do futuro* ainda precisam refrear seu entusiasmo no computador.

Mesmo parasitas econômicos desse instrumento de pesquisa, como Bill Gates, confessam com nitidez a sua insuficiência. Em volume editado em 1995, escrito com a ajuda de um físico e filósofo, Natan Myhvoid, e de um jornalista, Peter Rinearson, confessa Bill Gates: “O livro, a revista ou o jornal baseados no papel ainda tem vantagens diante do seu correspondente digital. Para ler um documento digital ocorre uma aparelhagem informática como o PC, em confronto com o qual um livro é pequeno, leve, com alta resolução e com baixo custo”. Deste modo, “para serem amplamente utilizados, os documentos digitais não deveriam limitar-se a duplicar o velho meio de comunicação, mas deveriam oferecer uma nova funcionalidade” (Gates, 1995, p. 143 de seu *The Road Ahead*, citado por Montagnini, 1998).

Para que surja a requerida *nova funcionalidade*, entretanto, é preciso o trabalho de invenção, o qual não aparece de repente, como algo criado por um ser divino. E para que exista invenção, é preciso empréstimo do passado e dos povos entre si, além de um ativo trabalho da imaginação coletiva.

Com as novas formas culturais é possível buscar um novo equilíbrio entre os sentidos, e por conseguinte entre as artes e as ciências, bases da pesquisa real nas universidades. Se não houver uma profunda meditação sobre os vínculos da arte e das ciências, as primeiras podem ser tragadas pelo uso rotinizado das segundas, em detrimento justamente da imaginação e da sensibilidade, as quais coexistem com a inteligência técnica em íntima dependência.

O conhecimento visual, que opera na mídia e nos instrumentos como o computador, nega hoje a sua origem platônica como via de pesquisa. Os cegos que diante de uma TV, ou de um PC, assistem impassíveis o bombardeio de países, elogiando a *precisão* dos mísseis, sem olhar para os corpos esfaçalhados por eles, tornam-se cativos da opinião, e negam a ciência e a pesquisa. Assim, se quisermos uma universidade, ou qualquer instituição que a substitua no próximo século, onde exista pesquisa, isto é, não conformismo com a mentira,

de modo que um caminho é unir, sempre, os nossos cinco sentidos, as artes e as ciências, a política e as técnicas.

Mas os senhores pediram-me que falasse sobre a universidade brasileira, com a sua história e perspectivas futuras. Em 1930 escrevia Roman Jakobson, grande lingüista russo: (Jakobson & Pomorska, 1985).

Lançamo-nos em direção ao futuro com excessivo ímpeto e avidez para poder salvar algum passado. O laço dos tempos rompeu-se. Vivemos demais no futuro, nele pensamos demais, acreditamos nele, não temos mais a sensação de uma atualidade que se basta a si mesma, perdemos o sentimento do presente...

Quem assim escreve, testemunhou o fim dos sonhos igualitários e democráticos, e sua traição por *realistas* que exerceram uma das mais duras tiranias políticas da história humana, na extinta União Soviética, hoje Federação Russa, país dominado pelo medo. O futuro, ali, se reduziu ao passado miserável.

Quanto a nós, a mentira expõe nossa pátria, até hoje, como terra do futuro, enquanto entre nós impera o pretérito em figurações fantasmagóricas de oligarcas e coronéis, com as mais variadas máscaras. Antes de rumar para o que virá, no imaginário, vejamos, em largos traços, o que formou nosso pensamento e nossa prática até hoje.

Evocarei, agora, as nossas aporias enquanto Estado federativo. Depois, tentarei expor alguns traços éticos e políticos que representam óbices poderosos contra a própria idéia federativa e democrática entre nós. Finalmente, indicarei alguns traços políticos e acadêmicos que podem servir enquanto formas possíveis nos ensaios, no meu entender difíceis, de superar o status quo nacional, na política e nos campi.

Tudo, na Federação brasileira, preserva a ausência de autonomia do coletivo cidadão e dos poderes menores diante do Executivo nacional. No Parlamento agrupam-se políticos que se definem como *intermediários*. Seu interesse não é o de atenuar o poder excessivo do governo, mas o de com ele jogar, se

necessário até com chantagem, para definir seu próprio controle regional ou local, a cada vez mais excessivo.

Desde a Colônia, por outro lado, a unidade política de nosso país foi garantida pelas Forças Armadas e pela diplomacia. A Igreja Católica colaborou bastante neste mister. Os exércitos da Corte aniquilaram as tentativas de autonomia absoluta, de Norte a Sul. Além deste lado coativo, as Forças Armadas assumiram papéis supletivos na instauração de serviços públicos, essenciais à integridade do Estado e das populações. O poder central, através da diplomacia, resolveu delicadas questões surgidas com a repressão guerreira. O Duque de Caxias e o Barão do Rio Branco, são personalidades simbólicas destas duas instituições que garantiram o Brasil e o seu governo.

O pensamento positivista, que excelentes frutos produziu entre nós, foi um dos responsáveis, entretanto, pela concentração excessiva do poder no Executivo. Eles recusavam a democracia eletiva, pregando a ditadura dos intelectuais competentes, unidos aos empresários e banqueiros. Há em Augusto Comte uma tese que julgaríamos nova, caso a vissemos estampada nos jornais. Cito o teórico : “Em cada república particular o governo propriamente dito, isto é, o supremo poder temporal, pertencerá naturalmente aos três principais banqueiros, respectivamente dedicados de preferência às operações comerciais, manufatureiras, e agrícolas” (*Catecismo Positivista*).

Algo no programa positivista sobre o Estado é estratégico para a universidade em nosso país. Trata-se da eminência do Executivo contra os demais poderes. No positivismo, semelhante ditadura foi nuclear, herança mantida e ampliada ao longo de nossa história republicana. Trata-se da

preponderância do Governo sobre as Assembléias, preponderância que se caracteriza sobretudo pela iniciativa; e, em segundo lugar, pela concentração numa única pessoa dessa ação diretora governamental (Pierre Laffite).

Esta noção se transformou em prática sobretudo no Exército, onde o programa

positivista encontrou a mais larga audiência. A colaboração da Escola Politécnica no impulso aos batalhões de engenharia, e a aplicação direta de saberes por militares na defesa nacional deve-se a esta atitude centralizadora, baseada em conhecimentos seguros em termos técnicos e científicos.

Nada a estranhar se os engenheiros militares, com seus pares civis positivistas, êmulos de Luiz Pereira Barreto, tenham formado a espinha dorsal dos planos científicos e políticos, durante muitos governos republicanos, mesmo na ditadura Vargas, a qual abriu os primeiros espaços para uma experiência em grande escala de produção científica e técnica com bases nacionais. Como disse Fernando Henrique Cardoso, os oficiais militares (Cardoso, 1975, p. 30)

constituíam um grupo educado que passava boa parte de sua formação nas cidades e que se define profissionalmente por sua relação com o Poder ... sacerdotes de um culto que lhes era familiar, o do Estado

Na consciência militar brasileira, temos as metas de concentrar a ciência e a técnica, conseguir a tutela do poder civil, impor a eminência do executivo, engendrando intelectuais que se definem pelo culto ao Estado e pelas iniciativas neste plano.

Assim, os positivistas tudo fizeram para que não fosse instaurada a universidade no Brasil. Segundo eles, o nosso país estaria submetido à mentalidade teológica, a Igreja Católica, e também sofreria ameaça de um regime liberal democrático. A Igreja representa, no pensamento positivista, uma era já ultrapassada no saber e nas técnicas, a era teológica. Os liberais também vivem com o cérebro cheio de fantasias de uma outra era ultrapassada, a idade metafísica, com suas idéias ainda não positivas de “direitos”, “liberdade” etc. Se a universidade fosse instituída, pensavam eles, antes das escolas técnicas que melhoraria o padrão de conhecimentos das populações, a Igreja e os liberais teriam uma praça de guerra contra o programa estatal e científico positivista. Analisei todos estes pontos, somados ao que fez o ideário liberal e católico em vários livros. O mais recente de meus estudos, encontra-se no volume coletivo, intitulado *A Crise da Universidade* (Dória, 1998).

Importa sublinhar o seguinte, por relevante : com o reforço absoluto do poder central, não conseguimos realizar uma federação como a norte americana. Nesta última, existem diferenças legais e de poderes, de Estado para Estado. Um deles possui determinada lei educacional num sentido, outro a tem em sentido oposto. O mesmo ocorre em todos os outros setores, fiscais, criminais, civis. Em nosso caso, temos a uniformidade rígida das leis que definem os assuntos de ensino, saúde, educação, pesquisa, ciências. Elas recolhem culturas diversas, as das regiões, com universalidade autoritária. Esta norma que ignora os diversos costumes, recursos, e fins das regiões, emperra toda aplicação coerente de políticas públicas. Temos de um lado a hegemonia do governo central, açambarcando recursos. De outro, a presença dos *intermediários*. E finalmente, a rigidez de um universalismo que nega as instancias médias de poder e de cultura.

As universidades oficiais brasileiras nasceram nos limites de todas essas práticas. Em muitos Estados, elas foram criadas para garantir aos políticos, os *intermediários*, junto aos contribuintes locais ou da região, a marca do prestígio. E também para propiciar instrumentos de comunicação de oligarquias com o núcleo da República. Isto, num prisma. Em outro, elas surgiram com a marca da identificação abstrata com todas as suas congêneres, do Oiapoque ao Chuí. Presas às normas legais e disciplinares do Executivo federal, mas importantes porque representam signos prestigiosos, além de cumprirem grave papel na economia e na cultura, as universidades públicas dependem de múltiplos modos do modelo político nacional.

Se atentarmos para o fato de que todas elas mimetizaram a forma do poder central, ou seja, rumaram interna corporis para a hegemonia do Executivo, negociada com o Legislativo, veremos que entra, na ausência de autonomia, outro fator. Os reitores, dada a opção preferencial pela iniciativa neles presente, e não nos colegiados, encontram-se numa situação bastante estranha. Nominalmente, possuem grande soma de poder decisório. Mas acham-se presos à cadeia normativa indicada, no rumo vertical, e precisam negociar permanentemente, e muito poucas vezes em sentido puramente acadêmico, cargos, posições, verbas, com os grupos poderosos que mantêm influência nos campi e

nas instancias superiores do poder central e regional.

Nossas universidades públicas trazem o selo da forma política nacional : nelas, também o executivo é onipotente em termos nominais. Mas, por outro lado, ele impede a partilha real do mando com instancias representativas. Um reitor pode cumprir, e muitos o fizeram, o papel de intermediário eficaz junto ao poder central. Com isto, enquanto ele e seus grupos de influência permaneceram à frente de suas universidades, as verbas chegaram, os caminhos se abriram. Passado este tempo, vieram as vacas magras. Como a cada vez uma ou algumas apenas destas universidades conseguiam este tipo de liderança, e representavam, nos planos do governo federal, área estratégica, cada uma delas crescia e se orgulhava com seus ganhos, sem prestar atenção no fato de que iriam ser, amanhã, o que a sua semelhante estava sendo na desgraça : meio empobrecido que restou depois que o poder central ficou saciado.

O modelo centralizador brasileiro, em todos os planos, do fiscal ao das leis, nos coloca na dependência do setor de poder mais íntimo da estratégia do governo. Desde o regime castrense, os ministérios econômicos ergueram-se ao plano de núcleo decisório de todas as políticas. Assim, todos os demais ministérios e funções encontram-se a eles subordinados. Com a crise atual, por exemplo, o Ministério de Ciências e Tecnologia, com as fundações que dele dependem, tornou-se um fantasma. O mesmo no plano da Educação.

Esses procedimentos se alicerçam na ética do poder sem peias para quem está no mando, e de brutalidade para quem não está nos gabinetes. Mas tais modos só se mantêm e prosperam, porque a espinha universitária costuma ser o instrumento mais flexível do mundo.

Quem é dominado, nunca pode ser autônomo. Mas entre nós uma correia autoritária define todas as políticas nacionais, ou anti nacionais. Esta correia se sustenta, como antes enunciei, nos costumes políticos que produzem os mediadores regionais e os costumes centralizados e oficialistas, o que impede qualquer autonomia. Sem que este ethos se modifique e uma prática federativa e democrática se imponha, não será possível encaminhar de modo real o problema

da autonomia universitária. A universidade é universal, mesmo sendo um bem do município, do Estado, do governo centralizador. Estando no Sergipe ou em São Paulo, ela tem como obrigação e gosto pensar os problemas humanos no mundo e no Brasil, sem fronteiras. Mas para obter esta universalidade, é preciso o caminho que vai do universal ao particular, ou seja, do mundo ao Sergipe, e vice versa. Do modo como a universidade se pauta hoje, nem regional nem mundial.

Desde outubro de 1997 a equipe econômica de Brasília arrancou da pesquisa, da ciência e tecnologia no Brasil uma quantia de muitos milhões de dólares. Com os cortes, a Capes e o CNPq deixaram de funcionar em termos efetivos. As promessas do presidente reeleito de elevar a quantidade de aplicação em C/T ao cume de 2% do PIB mostrou-se errônea.

No Estado de São Paulo, entretanto, graças à autonomia da Fapesp e à autonomia relativa das três instituições oficiais de ensino superior, conseguiu-se assegurar uma aplicação de 0,93 do PIB estadual em Ciência e Tecnologia, o que significa 34,8% dos gastos nacionais no setor. São Paulo responde pela formação de 68% dos doutores nacionais. 40% dos mestres gera 49% dos trabalhos científicos do Brasil, respondendo por 60% das patentes concedidas (dado de 1996) na Federação.

Note-se que o orçamento unido das três universidades paulistas, equivale a um quarto dos recursos (US\$ 1,3 bilhão) destinados a todas as universidades federais. Com base em 1995, São Paulo tem 35% de todo gasto nacional em Ciência e Tecnologia. De 1994 até hoje, a importação de tecnologia (via pagamento de assistência técnica) foi de US\$ 36,32 milhões para US\$ 269,97 em 1996, representando 64,09% do total movimentado no país.

Peço aos senhores que esqueçam os números, e se concentrem na autonomia. Tomarei o Rio Grande do Sul. Enquanto São Paulo destina US\$ 317 milhões aos seus Institutos de Pesquisa, os quais ainda recebem pouco e estão ameaçados na continuidade de seus trabalhos, e à Fapesp, o Rio Grande do Sul repassou US\$ 32,37 milhões para as fundações ligadas à Fapergs. Apesar

do aumento das alocações, de US\$ 27,3 milhões em 1995 para US\$ 48,5 milhões em 1997, é muito insuficiente. Nos dias de hoje, a Fapergs tenta recuperar este desvio, com muita dificuldade.

A Federação aplica US\$ 23,51 milhões em Ciência e Tecnologia em São Paulo. O Estado de São Paulo, por sua vez, gasta US\$ 317,08 milhões. O Orçamento das três universidades oficiais daquele Estado, como referido, atinge os US\$ 1.586,12 milhões. Em 1995, a Fapesp, o CNPq, Capes e Finep aplicaram aproximadamente US\$ 322,4 milhões nas universidades estaduais paulistas e US\$ 43,2 milhões nas federais. Todos estes dados podem ser conferidos na publicação da Fapesp, “Indicadores de Ciência e Tecnologia em São Paulo”, de 1998.

Embora não tenham autonomia plena, as três universidades de São Paulo, com a relativa, apresentam muito conhecimento técnico e científico. A Fapesp, graças a um dispositivo legal, proclamado pela Assembléia do Estado, mantém a sua autonomia financeira e administrativa. Importa, e muito, notar que o próprio mandamento de autonomia universitária, da Constituição Federal de 1988, teve a marca da FAPESP. O deputado Florestan Fernandes, professor da Usp, ao labutar com aquele preceito, teve em vista assegurar em plano absoluto a autonomia conquistada pela FAPESP em São Paulo.

Mas as universidades públicas devem entrar no orçamento federal, estadual, municipal. A analogia entre a Fapesp e os campi não é perfeita. E aí surgem os problemas de operacionalização financeira da autonomia universitária. Só grande competência jurídica, aliada ao espírito democrático e ao respeito pela ciência e pelo ensino superior, poderão encontrar uma saída legal e legítima para estes problemas. Não é isto o que se nota nos acenos e ameaças do governo, nem o que se vê nas ações universitárias e nas associações docentes nacionais e regionais. E não é isto, o que se indica no Plano Nacional de Educação do Governo, apenso ao da oposição e da comunidade acadêmica, esperando para ser discutido e votado pelo Parlamento. E não é isto o que podemos ler nos anteprojetos de regulamentação da autonomia universitária, expostos pelo MEC até agora.

O quadro da Fapesp e das universidades paulistas não impera nas outras universidades oficiais do país e dos Estados, nem, diga-se, no plano das Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa. Pelo contrário. Por falta de autonomia, a Fapergs, já citada, recebe apenas 25% do que foi definido por lei (1,5 da receita líquida do Tesouro), ou seja, R\$ 10, 72 milhões em 1997, quando a cifra deveria ser mais de R\$ 40 milhões. O Executivo estadual devia, até 31 de dezembro de 1997, para a Fapergs, cerca de R\$ 129, 81 milhões. Cf. *Jornal Adverso*, Associação de Docentes da Universidade do Rio Grande do Sul, 2a quinzena de outubro de 1998, página 08. E nem falamos na vergonha do Maranhão e da Bahia, que simplesmente apagaram de suas leis uma Fundação de Amparo à Pesquisa.

A autonomia das instituições de fomento à ciência e à técnica, no Brasil, longe de ser um problema apenas acadêmico, integra a pauta da sobrevivência e expansão do país. Tudo mostra que a demasiada dependências daquelas instituições face ao Executivo (por exemplo, é teratológico que um Ministro das Ciência e Tecnologia, Bresser Pereira, tenha nomeado a si mesmo dirigente máximo do CNPq) e dos ministérios econômicos, leva à uma perigosa descontinuidade no fomento e na produção de saberes e também na formação de mão de obra qualificada. Sem os dois traços, torna-se impossível uma política coerente e responsável em termos universitários e de ciência e tecnologia.

Para manter e aumentar a importância brasileira no quadro internacional, e para que nosso país tenha existência efetiva, no próximo milênio, urge pensar uma autonomia plena e responsável das universidades e dos organismos de fomento à produção de saberes e técnicas, em nosso território federal.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO, F. H. Dos governos militares a Prudente de Moraes. In: FAUSTO, B. (Org.) *História da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1975, t. 3., v. 1.
- DÓRIA, F. A. (Ed.) *A crise da Universidade*. Rio de Janeiro: Revanra, 1998.

- JAKOBSON, R., POMORSKA, K. *Diálogos*. Trad. Elisa A. Kossovitch. São Paulo: Cultrix, 1985.
- MONTAGNINI, L. Comunicazione 'Ipermediale' e cultura umanística. La critica sociologica. *La Critica Sociologica*, n. 127, p.13-27, 1998.
- ROMANO, R. *Silêncio e ruído: a sátira em Denis Diderot*. Campinas: Unicamp, 1997.
- ROSSI, P. Ants, spiders, epistemologists. In: BACON, F. *Terminologia e fortuna nel XVII secolo*. Seminário internazionale, a cura di Monta Fattori: Roma: Atheneo, s.d.
- SANTOS, L. R. *Metáforas da razão, ou economia poética do pensar kantiano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.